

AZUL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29
NIRE 35.300.361.130

COMUNICADO AO MERCADO

São Paulo, 06 de janeiro de 2025 – A Azul S.A. (“Azul” ou “Companhia”) (B3: AZUL4, NYSE: AZUL) vem, em atenção ao Ofício nº 3/2025/CVM/SEP/GEA-2, datado de 03 de janeiro de 2025 (“Ofício”), comunicar e esclarecer aos seus acionistas e ao mercado em geral a respeito das questões abaixo, conforme transcrição integral do referido Ofício:

“Ofício nº 3/2025/CVM/SEP/GEA-2

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 2025.

Ao Senhor

Alexandre Wagner Malfitani

Diretor de Relações com Investidores da

AZUL S.A.

Tel.: (11) 4831-2880

E-mail: invest@voeazul.com.br

C/C: **Superintendência de Listagem e Supervisão de Emissores da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

E-mails: emissores@b3.com.br; ana.pereira@b3.com.br; ana.zane@b3.com.br

Assunto: **Solicitação de esclarecimentos – Notícia divulgada na mídia**

Senhor Diretor,

1. Fazemos referência à notícia intitulada “Azul se junta à Gol e fecha negociação para cortar em 42% dívidas com o fisco, hoje de R\$ 2,5 bi” veiculada na página do portal do jornal Valor Econômico em 02/01/2025, na rede mundial de computadores, com o seguinte teor:

Azul se junta à Gol e fecha negociação para cortar em 42% dívidas com o fisco, hoje de R\$ 2,5 bi

Após a negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), dívida tributária da empresa caiu para R\$ 1,1 bilhão

A Azul conseguiu fechar junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) um acordo para revisar suas pendências com o fisco, hoje na casa de R\$ 2,5 bilhões. Após a negociação, a dívida da empresa junto ao fisco caiu para R\$ 1,1 bilhão. A informação foi passada por fontes ao Valor e confirmada junto à PGFN.

As dívidas abraçam débitos fiscais, abrangendo tributos previdenciários, não previdenciários e outras obrigações tributárias.

No total, a empresa conseguiu um desconto na casa de 42%. Pela lei, a negociação de desconto inclui juros, multa e encargos e não pode superar os 65%. A queda de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 1,1 bilhão — que é maior do que 42% — envolve também depósitos judiciais que a Azul já havia feito, assim como créditos fiscais aproveitados.

[...]

2. A propósito do conteúdo da notícia, em especial dos trechos em destaque, requeremos a manifestação de V.S^a sobre a veracidade das informações prestadas na notícia, e, caso afirmativo, solicitamos esclarecimentos adicionais a respeito do assunto, bem como informar os motivos pelos quais entendeu não se tratar o assunto de Fato Relevante, nos termos da Resolução CVM nº 44/21.

3. Tal manifestação deverá incluir cópia deste Ofício e ser encaminhada por meio do Sistema Empresas.NET, categoria “Comunicado ao Mercado”, tipo “Esclarecimentos sobre questionamentos da CVM/B3”. O atendimento à presente solicitação de manifestação por meio de Comunicado ao Mercado não exime a eventual apuração de responsabilidade pela não divulgação tempestiva de Fato Relevante, nos termos da Resolução CVM nº 44/21.

4. Ressaltamos que, nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 44/21, cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

5. Lembramos ainda da obrigação disposta no parágrafo único do artigo 4º da Resolução CVM nº 44/21, de inquirir os administradores e acionistas controladores da Companhia, bem como todas as demais pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

6. Nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Resolução CVM nº 44/21, é dever dos acionistas controladores ou administradores da companhia aberta, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante pendente de divulgação, na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados. Assim sendo, em havendo o vazamento da informação relevante (sua divulgação por meio de um veículo de imprensa, por exemplo), o Fato Relevante tem de ser divulgado, independentemente do fato de a informação ser ou não originária de manifestações de representantes da Companhia.

7. Conforme orienta o Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, “a CVM vem entendendo que, na hipótese de vazamento da informação ou se os papéis de emissão da companhia oscilarem atipicamente, o fato relevante deve ser imediatamente divulgado, ainda que a informação se refira a operações em negociação (não concluídas), tratativas iniciais, estudos de viabilidade ou até mesmo à mera intenção de realização do negócio (vide julgamento do Processo CVM nº RJ2006/5928 e do PAS CVM nº 24/05)” (grifos nossos).

8. Destacamos também que o artigo 8º da Resolução CVM nº 44/21 dispõe que cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

9. De ordem da Superintendência de Relações com Empresas, alertamos que caberá a esta autoridade administrativa, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II, do art. 9º, da Lei nº 6.385/76, e no art. 7º, combinado com o art. 8º, da Resolução CVM nº 47/21, determinar a aplicação de multa cominatória, sem prejuízo de outras sanções administrativas, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), pelo não cumprimento das exigências formuladas, **até o dia 6 de janeiro de 2025.**”

Primeiramente, a Companhia gostaria de reforçar o seu compromisso com a observância das regras de divulgação de informações periódicas, eventuais e demais informações de interesse

do mercado aplicáveis às companhias abertas, garantindo sua ampla e imediata disseminação e o tratamento equitativo a todos, de forma a evitar qualquer tipo de assimetria de informação que possa prejudicar seus investidores.

Desta forma, informamos que o conteúdo da notícia veiculada na página do portal do jornal Valor Econômico, em 02.01.2025 às 21h32 (“Notícia”), foi também objeto de Fato Relevante divulgado pela Azul em 03.01.2025 e noticiado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) na mesma data, e se refere ao termo de transação individual firmado pela Companhia com a PGFN e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de reestruturar o passivo fiscal da Azul, readequar o montante devido e reperfilar o cronograma de pagamento.

Como informado no referido Fato Relevante, o valor total dos débitos renegociados no Acordo é de cerca de R\$2,9 bilhões, sendo que tal valor será deduzido em mais de R\$1,8 bilhão ante a conversão de depósitos judiciais, utilização de prejuízos fiscais e efetivas reduções no valor dos juros, multas e encargos referentes aos créditos tributários, sendo o saldo remanescente, após tais deduções, adimplido no período de 60 meses para os débitos previdenciários e em 120 meses para os demais débitos.

A Companhia esclarece, inicialmente, que determinados termos não materiais do Acordo ainda estão pendentes de formalização, em discussões que continuam em curso entre as partes.

Não obstante, após tomar conhecimento da Notícia, divulgada após o horário comercial no dia 02 de janeiro de 2025, a Azul imediatamente tomou as providências para divulgação de Fato Relevante sobre Acordo, contendo informações precisas sobre valores envolvidos, já que os mesmos divergiam dos que haviam sido mencionados na Notícia, com o intuito de que o mercado fosse tão logo e corretamente informado. O Fato Relevante foi divulgado após o encerramento do pregão no dia 03 de janeiro de 2025.

A Azul confirma seu compromisso de manter seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre qualquer informação relevante, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Sobre a Azul

A Azul S.A. (B3: AZUL4, NYSE: AZUL) é a maior companhia aérea do Brasil em número de voos e cidades atendidas, tendo aproximadamente 1.000 voos diários, para mais de 160 destinos. Com uma frota de passageiro operacional com mais de 180 aeronaves e mais de 16.000 Tripulantes, a Azul possui mais de 300 rotas diretas. A Azul foi nomeada pela Cirium (empresa líder na análise de dados da aviação) como uma das duas companhias aéreas mais pontuais do mundo em 2023. Em 2020, a Azul conquistou o prêmio de melhor companhia aérea do mundo pelo TripAdvisor Travelers' Choice, sendo a única empresa brasileira a receber este reconhecimento. Para mais informações, visite ri.voeazul.com.br.

Contatos:

Relações com Investidores

Tel: +55 11 4831 2880
invest@voeazul.com.br

Relações com a Imprensa

Tel: +55 11 98196 1035
imprensa@voeazul.com.br